



**ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA – PL nº 177/2025**

**Ata da Audiência Pública realizada em 24 de novembro de 2025, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 177/2025, que “Dispõe sobre o Orçamento Fiscal, estimando a receita e fixando a despesa do Município para o exercício de 2026, e dá outras providências – LOA.”**

Os trabalhos foram abertos pelo Vereador Gilson Pelizaro, que presidiu a audiência, saudando o público presente e os que acompanhavam pela TV Câmara e canais institucionais. Esclareceu que esta é a última audiência da tríade orçamentária, já foram tratadas o PPA, LDO e agora a LOA para o exercício de 2026. Agradeceu a presença dos membros da Comissão de Finanças, Leandro O Patriota, Marcelo Tidy, Walker e também a presença do vereador Fransérgio. Foi então passada a palavra para a contadora Ana Virgínia para explanação da peça. Iniciou-se demonstrando a legislação que trata da elaboração do orçamento e explicou o que é a Lei Orçamentária e o que a mesma possui, passando em seguida para as explanações pormenorizadas do Projeto de Lei nº 177/2025, que encontra-se disponível na íntegra tanto no Portal do Município, quanto no site do Sapl. O orçamento fiscal do município, para o exercício financeiro de 2026, discriminado nos anexos e no Sumário Geral que integram e incorporam a presente Lei, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 1.783.146.244,00 (um bilhão, setecentos e oitenta e três milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e quatro reais), incluídos os recursos próprios das autarquias. A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes, na forma da legislação pertinente e das especificações constantes nos anexos que integram esta Lei, com o seguinte desdobramento: Receitas Correntes R\$ 1.636.822.435,37, representando 91,79% do total da receita, Receita de Capital R\$ 145.314.388,63, representando 8,15% do total da receita, Contribuições - Intra OFSS R\$ 620.620,00, representando 0,03% do total da receita e Receita de Serviços – Intra OFSS, representando 0,02% do total da receita, compondo o total geral de R\$ 1.783.146.244,00 (um bilhão, setecentos e oitenta e três milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e quatro reais) que, comparando com a previsão da receita de 2025, verificou-se um aumento de 10,33%. Foi apresentada também a previsão da receita da administração indireta, sendo: Uni-Facef R\$ 79.129.317,00, FDF – Faculdade de Direito de Franca R\$ 31.402.927,00, Sassom R\$ 9.200.000,00, totalizando R\$ 119.732.244,00 que, juntamente com a administração direta (Prefeitura e Câmara) R\$ 1.663.414.000,00, resultam no total geral da receita de R\$ 1.783.146.244,00. Foi apresentado o desdobramento das receitas da Prefeitura, cujo total é de R\$ 1.663.414.000,00. Demonstrado também a evolução da Receita da Prefeitura, a orçada com a realizada e o percentual arrecadado. Passando após para a explanação das Despesas com o seguinte desdobramento: Despesas Correntes R\$ 1.593.424.007,54, representando 89,36% do total da despesa, Despesas de Capital R\$ 186.685.795,33, representando 10,47% do total da despesa e Reserva de Contingência, representando 0,17% do total da despesa, compondo o total geral de R\$ 1.783.146.244,00 (um bilhão, setecentos e oitenta e três milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e quatro reais) que, comparando com a fixação da despesa de 2025, verificou-se um aumento de 10,33%. Foi apresentada também a fixação da despesa da administração indireta, sendo: Uni-Facef R\$ 79.129.317,00, FDF – Faculdade de Direito de Franca R\$ 31.402.927,00, Sassom R\$ 6.600.000,00, totalizando R\$ 117.132.244,00 que, juntamente com a administração direta,



Prefeitura R\$ 1.625.445.228,00 e Câmara R\$ 40.568.772,00, resultam no total geral da despesa de R\$ 1.783.146.244,00. Demonstrado o comparativo da despesa do município por funções de governo fixada em 2026 com a fixada em 2025, sendo, as que apresentaram maiores dotações a Educação R\$ 602.520.177,09, representando 33,79% do total, Saúde R\$ 483.398.477,48, representando 27,11% do total e Gestão Ambiental R\$ 133.365.394,55, representando 7,48% do total da receita, seguidas por Urbanismo, Administração, Assistência Social, Encargos Especiais, Desporto e Lazer, Legislativa, Segurança Pública, Cultura, Direitos da Cidadania, Essencial à Justiça, Indústria, Reserva de Contingência, Agricultura, Comércio e Serviços, Saneamento, Habitação, Ciência e Tecnologia e Defesa Nacional. Apresentado também o desdobramento das despesas da Prefeitura sendo: Despesas Correntes R\$ 1.453.230.936,54, Despesas de Capital R\$ 169.177.850,33 e Reserva de Contingência R\$ 3.036.441,13, totalizando R\$ 1.625.445.228,00. Após foram relembradas as emendas impositivas que foram apresentadas à LDO 2026 e que encontram-se todas inseridas na peça orçamentária da LOA 2026. Foram apresentadas quatro emendas propositivas coletivas à LOA 2026 que somam a quantia de R\$ 3.866.887,49. As quatro emendas propositivas acrescentam metas físicas e financeiras no orçamento de 2026 através da anulação de valores na Função de Governo 04 Administração, Sub-Função 131 Comunicação Social, Programa 2002 Comunicação Social, Ação 2204 Publicidade Institucional. As emendas propositivas contemplam as seguintes áreas: Reforma e ampliação do prédio da Guarda Civil de Franca, Cirurgias eletivas, Exames de alta complexidade, compra de sensores de glicose para distribuição gratuita através da Casa do Diabético. Terminada a explanação o vereador Gilson Pelizaro esclareceu o que é emenda impositiva e emenda propositiva, sendo a impositiva de ordem impositiva, ou seja, o governo tem que realizá-las sob pena de crime de responsabilidade, sendo sua execução obrigatória. Lembrou que em anos anteriores muitas emendas não foram executadas devido a falhas na apresentação das emendas que acabaram tendo seus recursos remanejados de acordo com o interesse da administração pública. Agora, através da Comissão de Finanças e Orçamento, foi feito um trabalho juntamente com a Secretaria de Finanças do Município, de acordo comum, foi feita uma alteração na lei orgânica do município, no que diz respeito às emendas impositivas, e também foi elaborada uma cartilha para as entidades, onde teve uma audiência com as entidades para explicar o funcionamento e como será o pagamento das emendas ao orçamento impositivo de 2026. Já, as emendas propositivas, como as apresentadas à LOA 2026, não são de obrigatoriedade do governo atendê-las. Após, foi aberta a palavra aos demais. O vereador Leandro O Patriota comentou ainda, que muitas vezes a entidade não tinha o alvará de funcionamento e a reestruturação que a Comissão Finanças realizou com a Prefeitura deixou claro que sempre houve a boa vontade do Legislativo e muitas emendas não se concretizaram por falta de alguma documentação pendente por parte da entidade. Comentou ainda que a cartilha corrobora muito neste sentido. Após, falou sobre as emendas propositivas coletivas apresentadas à LOA 2026, que foram apresentadas após vasta solicitação dos munícipes que os procuraram. Explicou ainda que a única forma de realizar um incremento na peça seria reduzindo a dotação com publicidade para tornar viável o pedido dos munícipes e terminou a fala pedindo o apoio dos outros vereadores para a aprovação das emendas propositivas apresentadas. Após, passou-se a palavra ao vereador Tidy, que comentou que quanto à execução das emendas impositivas sente que foi mais falta de vontade administrativa, pois há muitas entidades já muito conhecidas e parceiras do município, que não acredita ser falta de documento, mas mais uma



vontade política mesmo. Chamou atenção ainda à baixa participação da população nas audiências públicas e citou o exemplo das Câmaras Municipais de Santo André, Araraquara, São José do Rio Preto, São Bernardo do Campo, onde fizeram várias audiências com a presença maciça da comunidade, das entidades, então, sugeriu um calendário que seria o orçamento participativo para ouvir as necessidades de cada bairro, cada região. Comentou ainda, sobre a queda de valores destinados à habitação, que, apesar dos programas Minha Casa, Minha Vida e Casa Paulista, estes não atendem as pessoas de baixa renda. Mencionou também sobre o investimento na área de educação que está acima do mínimo exigido de 15%, estando em torno de 27%. Finalizou a fala dizendo que fica a sugestão de ao invés de trazer o público das audiências à Câmara, a Câmara que deve ir à população. Depois a palavra foi passado ao vereador Walker, que esclareceu sobre as emendas propositivas apresentadas, que trata-se de ouvir a solicitação dos munícipes que os procuram e que conta com a apreciação dos outros vereadores na aprovação das emendas propositivas. O vereador Gilson Pelizaro comentou que acha viável o orçamento propositivo e que deve ser levado à discussão com todos os vereadores. Ressaltou que já fez muitas emendas propositivas mas que não são eficazes, uma vez que não tem sido realizadas, e que o orçamento já apresenta bons percentuais de aplicação na saúde e educação. Perguntado se mais alguém queria fazer o uso da palavra e não tendo nenhuma manifestação pelas redes sociais, lembou que amanhã, em pauta única, a LOA 2026 será votada, inclusive com as emendas propostas. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada. Franca/SP, 24 de novembro de 2025.

**Vereador Gilson Pelizaro**  
**Presidente da Audiência / Comissão de Finanças e Orçamento**